

# **O PACOTE INFERNAL ( AGSE + REVISÃO ECD + REFORMA LABORAL )**

## **Sem resistência seremos escravos num Mundo Novo com cheiro a Velho!**

A designação de Fernando Alexandre para Ministro da Educação gerou opiniões diversas na Academia. José Reis, professor da Faculdade de Economia de Coimbra, viu com surpresa e um pouco de “medo” esta nomeação. O que receava o antigo diretor da FEUC? “O **medo** não é pessoal, evidentemente. Quando vejo uma pessoa tão à direita tomar conta da pasta da Educação temo o pior – do ponto de vista político, entendemos.”

Entretanto, a tal pessoa tão à direita continua Ministro da Educação e, face à inequívoca matriz ideológica e aos resultados, já visíveis, da sua atuação, tudo leva a crer que o Professor José Reis não tem razões para alterar a tese que defendeu quando o seu colega de Faculdade foi designado para integrar a equipa governativa da Aliança Democrática.

Após a **saída pouco airosa** do Ministério da Administração Interna em 2015, aproveitando a oportunidade política gerada pela força da rebelião docente, Fernando Alexandre regressou à cena governativa para dar continuidade às aventuras mercantilistas, com as quais se propõe continuar a explorar e a desestruturar o trabalho futuro dos profissionais da educação.

De facto, a revisão da literatura produzida por Fernando Alexandre – quer enquanto membro da direção do think tank ultraliberal +Liberdade, quer como colunista do **Observador** – para além de sustentar o vaticínio, afigura-se essencial para inferir as reais intenções das operações que estão em marcha no setor da educação. Os termos da criação da Super-Agência para a Gestão do Sistema Educativo (**AGSE**) e o teor do processo negocial, subjacente à Revisão do Estatuto da Carreira Docente (**ECD**), que decorrem em clara sintonia com a reforma do Pacote Laboral, dão nota da matriz ideológica em que assenta essa intencionalidade. E é nessa doutrina da eficiência e da **lógica da gestão privada**, professada pelo Ministro, que se enquadram as manobras para centralizar o controlo, agudizar a prepotência administrativa e submeter a carreira docente ao regime de eficiência e produtividade empresarial, em detrimento da valorização, da estabilidade e das garantias laborais dos profissionais da educação.

### **AGSE concentrar para explorar**

Sob a sombra da “serenidade”, induzida pela devolução parcial do tempo de serviço, o Ministro encetou um processo de destruição e **desmantelamento das funções do Ministério da Educação**, para as concentrar na AGSE, uma sociedade anónima, distante do escrutínio público, sujeita aos devaneios da gestão empresarial que terá a seu cargo, entre muitas outras coisas, a implosão da carreira docente.

Ao transferir funções cruciais (como a gestão dos concursos, o recrutamento e a colocação de pessoal) para a AGSE, concebida para ser uma Entidade Pública Empresarial (EPE), o Governo afasta a administração do sistema educativo do regime de Direito Público. Esta mudança implica a perda do regime de garantias inerente ao Direito Administrativo, sujeitando a já tão fragilizada carreira docente aos imperativos e delírios de uma gestão administrativa imprevisível, caprichosa e irracional.

A AGSE, concebida para satisfazer a gula do mercado, retomará a sangria dos recursos públicos para favorecer os negócios privados que se alimentam das fragilidades do Serviço Público de Educação.

### **ECD protelar para desconcertar**

Apesar do seu histórico de defesa de cortes nos salários e subsídios da Função Pública, o Ministro Alexandre, que em tempos defendeu a **definitiva extinção do 14º mês**, foi obrigado, pela força da contestação da classe docente que antecedeu o seu mandato, a lidar com a recuperação do tempo de serviço. No entanto, o seu pragmatismo neoliberal engendrou um astuto processo administrativo, amarrado a um hiper-dilatado calendário, para bloquear a equidade e protelar a exequibilidade da medida, que enredou os professores numa descomunal perda de tempo, para recuperarem o tempo que o tempo político subtraiu às suas miseráveis carreiras!

O logro inerente a esse processo criou um terreno fértil para a exploração abusiva das expectativas dos docentes. Em vez de responder à exaustão e ao descrédito com medidas objetivas, que se traduzam em efeitos reais, concretos e imediatos de

valorização, o Ministro, aproveitando o “ar do tempo revisitado”, manteve a demagogia e atirou a Revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) para as calendas pós-eleitorais.

Entre anúncios vagos e calendários dilatados, tudo corre de feição à agenda ultraliberal do Sr. Ministro, os salários dos professores continuam a minguar, a recuperação do tempo congelado é uma paranóia administrativa, a gestão dos apoios extraordinários fez ampliar a burocracia, a CGA para todos é uma utopia, os horários de trabalho, os de gaveta e os outros, continuam a ser desenhados à medida das vontades diretrivas, as condições de trabalho agudizam o mal-estar e provocam doença, os reguladores do setor estão exauridos e desmembrados e o E 72 passou a necessitar de 72 semanas para responder.

Perante esta tragédia laboral, o Ministro estica a corda que esgana o serviço público de educação até ao final de 2027, prometendo que aí sim, se iniciará o Mundo Novo de eficiência e fortuna, isto se a classe docente aceitar, sem quebrar a “serenidade induzida”, que a atuação da AGSE e a revisão do ECD sejam abençoadas pela Reforma Laboral.

É precisamente neste contexto de asfixia e disfuncionalidade — evidência de má-fé ministerial — que se impõe o alerta e a denúncia: **está em marcha a implementação de um pacote infernal!**

A flexibilização laboral que este pacote consagra cria o ambiente ideológico perfeito para normalizar a balbúrdia administrativa e o flagelo em que está enredada a gestão da carreira docente.

Porém, como a “serenidade” não passa de um jargão mediático, o Sr. Ministro sabe que o encantamento e a ilusão, induzidos pela atabalhoadas e parcial devolução do tempo de serviço, podem expirar a qualquer momento. Por isso, ao contrário dos docentes, tem recusado perder tempo com “coisas acessórias”, dedicando-se à promoção da sua figura, como homem capaz de promover negócios e gerar empregos públicos bem pagos para a sua rede de influência, usando essa distração para ocultar o impacto real e devastador da sua agenda ultraliberal.

Como reagirá Fernando Alexandre quando a narrativa da “serenidade” perder a eficácia? Como irá lidar com a Contestação Geral?

Com *Grace under Pressure*, ao estilo de Passos Coelho, de quem é admirador confesso?

Ou, incapaz de aceitar a rebeldia crítica e o protesto da classe, *voltará a Braga*, para ser feliz no *novo emprego*?

A julgar pela conduta irascível que vai manifestando, sempre que se vê confrontado com matérias de facto que colocam em causa a eficácia do seu exercício e a legitimidade do seu programa, a graciosidade não será certamente o seu lema!

Mas, de facto, nas atuais circunstâncias, a conduta ministerial está longe de ser a preocupação central. Pois, seja qual for a sua atitude e as atrocidades cometidas, uma coisa é certa: este, como todos os antecessores, em breve deixará de Estar Ministro, porém, nós continuaremos a Ser Professores!

A questão que de facto se impõe é: Teremos fibra para exigir o direito de sermos professores com dignidade, reconhecidos por um Estatuto que nos valoriza? Ou continuaremos a ser meros executores de tarefas, esmagados pela agenda empresarial da AGSE e sufocados por um Pacote Laboral infernal que nos transformará, definitivamente, em mão-de-obra barata e descartável?

Não há (mais) tempo a perder, urge travar a ideologia da privatização e a política de desvalorização que o pacote Infernal quer instalar de forma permanente!

Não podemos permitir que a austeridade e a “serenidade induzida” nos silencie!

A estado de *grace* de Fernando Alexandre, respondemos com *pressure*, pois sem resistência seremos escravos num Mundo Novo com cheiro a velho!

Se o ataque é total o Protesto é Geral!

Antónia Marques

Dezembro 2025